



RELATÓRIO ANUAL - EXERCÍCIO DE 2020

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Período: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

Presidente Câmara: GEDELIAS DE SOUZA.

Vice Presidente: EDIMAR PEREIRA CHAVES.

Secretário: EDSON LIBAINO.

Contadora: VALÉRIA AGUILAR SATLER.

Controladora: LENITHA SOARES DA SILVA

1 – INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, combinados com os artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 4.320/64, a Resolução nº 227, de 05 de Agosto de 2011, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Unidade Central do Controle Interno (UCCI) da Câmara Municipal de Muniz Freire apresenta relatório sobre algumas das atividades desempenhadas de Janeiro a Dezembro do Exercício de 2018.

O objetivo deste trabalho é apresentar os procedimentos executados pelo Sistema de Controle Interno necessário para a formalização do Relatório Anual que integrará a Prestação de Contas a ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Um bom sistema de Controle Interno é sinônimo de "*boa administração*", que também é o objetivo de todo gestor público. O gerenciamento do patrimônio público exige um eficiente sistema de controle interno.

Diante desta realidade foram apresentadas sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns no serviço público municipal, que envolva toda a estrutura organizacional da Câmara, evitando, contudo, erros primários que podem ser detectados



pela auditoria externa do Tribunal de Contas.

O trabalho insere-se no conjunto das ações de natureza pedagógica para orientar o administrador quanto aos procedimentos a adotar para gerir os recursos públicos com eficiência, eficácia e economicidade.

2 – ABORDAGEM DO RELATÓRIO

O relatório consistirá no controle de execução orçamentária das despesas do Poder Legislativo Municipal, analisando os créditos orçamentários e adicionais, financeiro, despesa e repasse, gastos com pessoal, aplicação em manutenção conforme legislação pertinente, licitações e contratos.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente que resulta em ações demonstradas de forma geral, sintética e concisa, com suporte documental analítico de posse do Controle Interno, que terão como objetivos:

- Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rápido possível;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento que se exerce através de relatórios e informações do controle interno;
- Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

3 – REPASSE DO DUODÉCIMO

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas com o Legislativo Municipal. A



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

emenda Constitucional nº. 25, de 14 de Fevereiro de 2000 foi promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites, que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.

O repasse deverá ser realizado até o dia 20 de cada mês, nos termos do art. 168 da Constituição Federal, por sua vez, a Presidência deverá aprovar o quadro de quotas através de Decreto Legislativo, conforme disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Federal nº 4.320/64, conjugado com o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Nos termos do Art. 29-A Inciso I da Constituição Federal, os cálculos para os repasses ao Poder Legislativo dos Municípios com população até 100.000 habitantes são de 7,00% do somatório da Receita Tributária (*grifo nosso*), (IPTU, ISSQN, ITBI, IRRF e Taxas) que são receitas derivadas de tributo em geral, ou seja, dos Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, mais o somatório das receitas de transferência correntes, previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 (*grifo nosso*), efetivamente realizados no exercício anterior.

3.1 – VALORES REPASSADOS:

VALOR TOTAL PERMITIDO (7% exercício anterior + inativos)	R\$ 2.816.405,21
VALOR TOTAL REPASSADO	R\$ 2.816.405,21

4 – ANÁLISE FINANCEIRA

Quanto ao presente item, não foi possível fazer sua total apuração, tendo em vista que até minha exoneração do cargo eu não detinha a informação quanto ao valor total referente à Restos a Pagar Pago, e Restos a Pagar Inscritos no Exercício.

5 – CRÉDITOS SUPLEMENTARES



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Despesa fixada conforme LOA	(R\$) 2.830.000,00
(+) Crédito Adicional Especial resultante de anulação de dotação	R\$ 0,00
(+) Crédito Adicional Suplementar resultante de anulação de dotação	R\$ 0,00
(-) Anulação de dotações	R\$ (0,00)
(-) Anulação de dotações para outras UGs	R\$ (0,00)
Despesa Autorizada	R\$ 2.830.000,00

6 – CRÉDITOS ESPECIAIS/SULEMENTARES

Receita e Despesa orçada	R\$
(-) Anulação para abertura de Crédito Especial	0,00

6.1 – CRÉDITOS ESPECAIS

Crédito Especial autorizado	0,00
Crédito Especial realizado	0,00
Crédito Especial excedente	0,00

Durante o exercício financeiro de 2020 não foram abertos créditos adicionais ao orçamento do Legislativo Municipal.

7 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Houve rendimentos de aplicações financeiras apropriados nesse período, que foram devidamente transferidos à prefeitura conforme legislação vigente.

8 - SETOR PESSOAL



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

8.1– DETALHAMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

M A T R.	NOME	ADMISS ÃO	CARGO	Cargo	DEMISSÃO/ EXONERAÇÃO
03	Anderson Sartore	06/10/1998	Técnico Legislativo	EFETIVO	-
04	Daniel Elias da Silva	06/10/1998	Técnico Legislativo	EFETIVO	-
30	Danielle Isidório Amaral	01/10/2010	Servente de Serviços Gerais	EFETIVO	-
27	Edimar Ferreira da Silva	01/10/2010	Agente de Vigilância	EFETIVO	-
41	José Nilton Pastore	01/05/2011	Agente de Vigilância	EFETIVO	-
25	Juliana Vidigal de Castro	01/10/2010	Aux. De Serviços Administrativos	EFETIVO	-
28	Maria do Carmo Gomes Silvio	01/10/2010	Servente de Serviços Gerais	EFETIVO	-
29	Roseli Aparecida Braga	01/10/2010	Servente de Serviços Gerais	EFETIVO	Licença não remunerada 02/01/2019 a



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

	Moraes				31/12/2022
31	Tatiana Aguilar Satler	05/01/20 13	Assessora Jurídica	COMISSIO NADO	-
01	Valéria Aguilar Satler	08/07/19 98	Contadora	EFETIVA	-
14	Viviane Aguilar Satler	01/10/20 10	Atendente Administrati vo	EFETIVA	-
84	Lenitha Soares da Silva	09/02/20 17	Controlador a	COMISSIO NADA	-
86 .3	Gesiane Gomes da Silva	14/05/20 18	Assessor de serviços legislativos	COMISSIO NADO	-
92	Ilaine Vieira Finoite	18/11/20 19	Assessora de gabinete de presidência	COMISSIO NADA	-
91	Damiana de Oliveira Salvato	01/02/20 20 (Prorroga ção do contrato)	Servente de serviços gerais	CONTRAT ADA	31/01/2021

8.3 – CONSTATAÇÕES DECORRIDAS NO QUADRO DE SERVIDORES

Houve contratação por tempo determinado para cobrir férias. Não houve contratação de estagiários.

As verbas rescisórias dos servidores exonerados foram pagas no prazo legal.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

No ano de 2020, 01 (uma) servidora teve licença não remunerada, concedido no período 02/01/2019 a 31/12/2022.

A Câmara Municipal NÃO possui programa de treinamento de servidores.

As faltas e atrasos de servidores são muito bem controlados pelo setor através de sistema de controle de ponto, e quando faltaram, apresentaram as justificativas no prazo legal.

A concessão de férias está sendo controlada e conferida pelo responsável dos Recursos Humanos e assinado pelo Presidente da Câmara.

O Setor de Recursos Humanos está de acordo com a DIRF e RAIS, para fins de prestação de contas do exercício de 2020.

Não foi concedida revisão geral dos vencimentos do Poder Legislativo nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, relativo à data base de 2020.

8.4 – QUADRO DE VEREADORES

MATR.	NOME	ADMISSÃO
78	Gedelias de Souza	01/01/2016
06	Flávio Antunes Vieira	01/01/2016
77	Carlos Roberto Figueiredo	01/01/2016
83	Edimar Pereira Chaves	01/01/2016
79	Edson Libaino	01/01/2016
80	Jonatas de Almeida	01/01/2016
81	Roberto Paulúcio	01/01/2016
82	Wilson da Silva Braga	01/01/2016
10	Zenilton Lopes	01/01/2016
97	Agenor Favoreto Filho	03/12/2020

8.5 – CONSTATAÇÕES DECORRIDAS NO QUADRO DE VEREADORES

Os vereadores compareceram as sessões e quando faltaram, apresentaram justificativas.



Não foi concedida a revisão geral anual para os agentes políticos no ano de 2020.

O vereador Flávio Antunes Vieira tirou licença para tratamento médico, apresentando atestado médico datado de 04/11 ao dia 03/12/2020, assim, assumiu seu suplente, vereador Agenor.

8.6 – SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

A constituição institui a exclusividade do subsídio, ou seja, de um valor único a ser pago em retribuição aos serviços dos agentes públicos. Assim o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais receberão apenas subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.

O total da despesa com remuneração dos vereadores não ultrapassou os limites impostos nos incisos VI e VII, do artigo 29 da CF.

8.6 – FOLHA DE PAGAMENTO

Foi desenvolvido trabalho de inspeção na Folha de Pagamento, com o intuito de avaliar as ações gerenciais e procedimentos relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento do pessoal ativo (efetivos e comissionados), inativos, bem como, as documentações que suportam os pagamentos, auxílios e benefícios.

Outro ponto apurado no trabalho de inspeção diz respeito ao quanto representa os casos de férias acumuladas por servidores públicos, sejam eles efetivos ou comissionados.

O objetivo foi emitir opinião acerca do desempenho da área inspecionada, suas atividades ou funções, gerando informações que facilitem a tomada de decisão dos responsáveis pela supervisão ou pela iniciativa de ações corretivas, visando solucionar problemas ou preveni-los evitando demandas desnecessárias e infrações administrativas.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Nenhuma restrição foi imposta quanto ao método ou extensão de nossos trabalhos. Os procedimentos para execução dos exames de inspeção foram aplicados de acordo com a natureza e atividade da unidade inspecionada e abrangeram suas áreas de atuação, conforme segue abaixo:

- **PROCEDIMENTO**

Inicialmente foi encaminhado ofício ao Presidente e Setor responsável, datado de 30 de Abril de 2019, comunicando acerca da realização das ações de inspeção.

Foi solicitado que fosse encaminhado e esse setor a relação de servidores que recebem **adicional de insalubridade e noturno, com sua respectiva lotação, função exercida e folha de ponto; relação contendo os servidores que possuem licença-prêmio** a serem gozadas e seus respectivos valores; relação de licença-prêmio gozadas nos últimos 03 anos, bem como das pagas nesse período; relação de servidores com férias acumuladas, além de informação sobre a existência de escala de férias.

Por último foram realizadas perguntas necessárias ao andamento do procedimento, através de Questionário de Inspeção, bem como foram solicitados outros documentos que se fizeram pertinentes ao longo dos trabalhos.

De posse de referidas informações, fez-se a checagem dos pontos pretendidos pelo presente trabalho, com os apontamentos e recomendações necessários.

O presente documento apresenta os resultados do monitoramento realizado no mês de Junho, Julho e Agosto de 2019, a seguir expostos.

- **CONSTATAÇÕES E APONTAMENTOS**

Pagamento de Insalubridade e adicional noturno a quem exerça função.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Como se sabe, o adicional de insalubridade é um direito concedido a trabalhadores que são expostos a agentes nocivos à saúde.

Em outubro de 2017 foi verificada *in loco* a existência de condições insalubres para os servidores com atuação na atividade de serviços gerais.

A inspeção foi feita por engenheiro de segurança do trabalho, realizando diligências técnicas para avaliações dos riscos ambientais, atendendo de forma fidedigna aos conceitos das normas de segurança do trabalho e outras leis vigentes.

A conclusão da inspeção foi negativa, no sentido de que com base nas informações recebidas e nas disposições da NR-15 e NR-16 e seus anexos, a atividade de servente de serviços gerais não se caracterizou como insalubre.

Lado outro, foi evidenciado, pelo mesmo relatório, o uso correto e adequado do EPI'S e seu controle programático.

Portanto, somente será devido à concessão da gratificação de prévia verificação *in loco* da existência de condições insalubres para os servidores, pelo qual, no caso da Câmara Municipal de Muniz Freire, não foi verificado, assim, tal gratificação não é devida.

Pagamento de Adicional Noturno

Da análise dos documentos constantes desta Inspeção, contendo relação dos servidores que recebem adicional noturno, bem como, informações prestadas pelo setor de pessoal, podemos constatar que o adicional noturno pago aos servidores municipais está de acordo com a lei.

Como se verifica pelas informações prestadas, o valor pago para os servidores que possuem direito à adicional noturno são feitos no patamar de 40% sobre o salário base,



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

dependendo da quantidade de horas trabalhadas no período compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (seis) horas do dia seguinte.

Como se sabe, o adicional noturno é um adendo à remuneração do empregado que trabalha no período noturno e tem por função compensar o desgaste físico que a inversão do horário provoca naturalmente no trabalhador.

O pagamento de adicional noturno foi estabelecido por meio do art. 153 da Lei nº 2.413/15 que prescreve o seguinte:

“Considera-se noturno todo trabalho realizado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte.”

“O serviço noturno habitual será remunerado com um adicional de 40% (quarenta por cento) do vencimento do servidor.”

Portanto, tal gratificação trata-se de uma vantagem transitória que somente é cabível enquanto o servidor estiver efetivamente exercendo o trabalho noturno, sendo que o servidor que não cumprir sua jornada de trabalho exclusivamente nesse período, receberá o adicional noturno de forma proporcional, o que vem acontecendo no caso da Administração Legislativa.

Assim, a concessão do adicional noturno deve ser dar com base na folha de ponto de cada servidor, de maneira a se pagar o acréscimo de 40% somente sobre as horas efetivamente laboradas no período noturno, conforme vem sendo observado nessa Casa de Leis.

Ausência de planejamento de concessão de férias e licença prêmio

De acordo com informações iniciais prestadas pelo Setor de Departamento De Pessoal, não existe escala de férias dos servidores do Município de Muniz Freire, de forma a se controlar e evitar acúmulos indevidos.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Todavia, podemos identificar que consta na lei nº 2.413/15 que o servidor deve requerer as suas férias no período de 02 (dois) meses antes de gozá-las. Esse requerimento é encaminhado para o Departamento de Recursos Humanos, pelo qual irá preparar os documentos para constar na ficha funcional do servidor.

Além de constar na ficha funcional, referido Departamento prepara o pagamento de 1/3 das férias e verifica a necessidade de contratação/nomeação de outro servidor.

Isso não gera problemas, afinal, são poucos servidores atuando (13) e não há férias nem Licença Prêmio acumuladas.

Ademais, o controle sobre aquisição de Licença Prêmio é realizado através de arquivo no computador, e apesar de possuir programa de RH específico para lançamentos, esse nunca fora utilizado.

De acordo com a lei nº 2.413/15, em caso de falecimento, demissão ou aposentadoria, as férias acumuladas não podem ser convertidas em pecúnia, entretanto, no caso de férias-prêmio, se requeridas, dará ensejo a recebê-las, desta forma, apesar de nunca ter acontecido nessa Casa de Leis, pode ser evitado através de planejamento e controle mais rigoroso.

Tais casos podem ser evitados com a elaboração de calendário pelo superior hierárquico imediato do servidor e encaminhamento ao Departamento de Pessoal ou concessão de licença-prêmio a servidor, independentemente de requerimento do mesmo, sempre que houver 02 (dois) ou mais períodos acumulados.

Sistema informatizado de dados do Departamento de Pessoal



O que se verifica na prática é que o Departamento de Pessoal possui dois sistemas de controle, um eletrônico, e outro físico, composto de fichas de papel, que são de fácil manuseio.

Ou seja, há a unificação dos dados, facilitando assim, acesso as informações em relação à vida funcional dos servidores.

O que se verifica é a falta de controle no tocante à licença prêmio e a falta de planejamento em relação às férias.

Controle das atividades exercidas pelos Servidores

Da análise dos documentos, constata-se que com a utilização dos equipamentos de segurança (EPI'S) bem como a retirada de alguns produtos muito concentrados, com isso, não foi caracterizado insalubre a atividade de servente de serviços gerais.

Assim, a Câmara Municipal de Muniz Freire não realiza pagamentos de adicional de insalubridade.

Pagamentos de horas extras a servidores no período de Janeiro a Outubro de 2019:

A Câmara Municipal não realiza pagamentos de horas extras.

- **CONCLUSÃO**

No decorrer da inspeção constatamos que alguns dados referentes a informações dos servidores constantes no Setor de Pessoal só existem em meio físico e não estão lançados no Sistema Informatizado, não havendo a unificação dos dados, sendo que, na maioria dos casos, a maneira de se obter informação dos servidores é através de pesquisa junto às pastas funcionais dos mesmos, o que não dificulta à realização do controle visto ser poucos funcionários.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Por outro lado, mesmo que tal serviço não seja informatizado, foi verificada a organização do setor.

Deparamo-nos com a falta de alguns controles quanto à concessão de férias e licença-prêmio, visto que alguns documentos essenciais para este controle, tais como, escala de concessão de férias não é realizado pelos secretários.

- RECOMENDAÇÃO
- Que seja elaborado calendário de férias e licença-prêmio principalmente nos casos em que houver 02 (dois) ou mais períodos acumulados.
- CONSIDERAÇÕES FINAIS DA INSPEÇÃO

Após os levantamentos realizados e recomendações feitas, encaminhamos o presente relatório de inspeção ao Presidente da Câmara Municipal de Muniz Freire para devido conhecimento e providências necessárias, pelo qual será enviado ao TCES junto com relatório final.

8.7 - ATENDIMENTO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 25 DE FEVEREIRO DE 2000 – (70% com gastos com folha de pagamento, exceto inativos):

MÊS	Repasse	70%	Subsídio de Vereadores e Vencimentos de Servidores	Saldo (diferença)	% GASTO EFETIVO
-----	---------	-----	--	-------------------	-----------------



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

JANEIRO	217.000,00	151.900,00	92.586,25	59.313,75	42,67
FEVEREIRO	252.400,91	176.680,64	89.093,39	87.587,25	35,30
MARÇO	234.700,43	164.290,31	93.027,87	71.262,44	39,64
ABRIL	234.700,43	164.290,31	108.780,82	55.509,49	46,35
MAIO	234.700,43	164.290,31	109.957,11	54.333,20	46,85
JUNHO	234.700,43	164.290,31	92.403,14	71.887,17	39,37
JULHO	234.700,43	164.290,31	95.589,79	68.700,52	40,73
AGOSTO	234.700,43	164.290,31	100.996,63	63.293,68	43,03
SETEMBRO	234.700,43	164.290,31	93.892,70	70.397,61	40,01
OUTUBRO	234.700,43	164.290,31	148.376,45	15.913,86	63,22
NOVEMBRO	234.700,43	164.290,31	111.004,93	53.285,38	47,30
DEZEMBRO	234.700,43	164.290,31	155.733,21	8.557,10	66,35
TOTAL	2.816.405,16	1.971.483,62	1.291.442,29	680.041,33	45,85



9 – SETOR DAS COMPRAS

O Setor de Compras possui servidor designado, a cargo do Encarregado do Setor de Compras.

- Resumo das Atividades, Informações e Análises.

Nas compras por dispensa de licitação são precedidas de processo de dispensa com no mínimo três orçamentos e quando não há a possibilidade de se obter três orçamentos é feita uma justificativa.

Nas compras de pequeno valor é realizada pesquisa de preços formal, apenas cotação por telefone, e-mail e é juntado ao processo de compra.

Através da Resolução 030/2019 a Câmara Municipal de Muniz Freire implantou a Coleta Eletrônica de Preços. Trata-se de um procedimento que poderá ser utilizado para aquisições/contratações nos casos de dispensa de licitação - Art. 24 - II - da Lei Federal 8.666/93. Através dela a Câmara Municipal divulgará quais são os processos de aquisições de materiais/serviços e os fornecedores interessados poderão verificar quais são eles e, sendo de seu interesse, poderão apresentar cotação de preços. Essa nova forma de coleta de preços trará mais transparência às aquisições realizadas pela Câmara e proporcionará aos fornecedores interessados a participação no processo.

Os objetos das licitações são bem definidos.

Não constatado elevado nível de contratações diretas que indique desvio constitucional ao princípio da licitação.

No exercício a Câmara Municipal realizou aditivos contratuais.

Editais têm priorizado a micro e a pequena empresa.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

O prazo dos Editais é respeitado entre a publicação e a abertura dos envelopes.

As minutas dos editais são submetidas ao parecer da Assessoria Jurídica.

Os processos contêm os documentos exigidos no art. 38 da Lei 8666/93.

Os editais obedecem ao previsto no art. 40 da Lei 8666/93.

A publicação dos processos licitatórios, extratos de contratos e aditivos aos contratos foram realizados em jornal de grande circulação para tal fim.

Verifica-se a publicação dos editais no sitio eletrônico da Câmara Municipal de Muniz-Freire.

Os processos de licitação são fixados no Mural no átrio da Câmara Municipal.

Os contratos seguem o disposto no art. 55 da Lei 8666/93.

A Câmara Municipal não realizou contratos de elevado valor acima do limite de remessa do Tribunal de Contas.

9.1 – LICITAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Não foram realizadas licitações no ano de 2020.

9.2 – CONTRATOS

Contrato 001/2020 – ATO SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA ME

OBJETO: ALUGUEL DE 06 (SEIS) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS.

Valor: R\$ 11.760,00.

Vigência: 03/02/2020 a 02/02/2021.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

Contrato 002/2020 – MARLON ALMEIDA ROCHA MEI

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

Valor: R\$ 9.600,00

Vigência: 09/01/2020 a 08/01/2021.

Contrato 003/2020 – SUELI MARIA FERREIRA (MEI)

OBJETO: TRANSMISSÃO DE VÍDEO EM TEMPO REAL (AO VIVO) DAS SESSÕES LEGISLATIVAS PLENÁRIAS NO SITE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE.

Valor: R\$ 3.122,73

Vigência: 10/02/2020 A 17/09/2020.

Contrato 004/2020 – CACHOEIRO TELECOMUNICAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELE ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UMA) CENTRAL TELEFÔNICA (PABX), INCLUINDO TERMINAL DE ATENDIMENTO, BEM COMO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE.

Valor: R\$ 11.760,00.

Vigência: 01/06/2020 a 30/05/2021.

Contrato 005/2020 – AUTO POSTO SS NETOS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO – GASOLINA COMUM – PARA VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE.

Valor: R\$ 3.990,00.

Vigência: 01/07/2020 a 30/06/2021.

Contrato 007/2020 – SIMONE PASTORE (MEI)



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

OBJETO: SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, ACESSO E MANUTENÇÃO DE 01 (UM) CIRCUITO DE ACESSO/LINK DEDICADO À INTERNET – FULL DUPLEX – 100 Mbp-s.

Valor: R\$ 8.640,00.

Vigência: 16/11/2020 a 05/11/2021.

Contrato 008/2020 – FAMANET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO IMÓVEL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE.

Valor: R\$ 12.000,00.

Vigência: 09/01/2021 a 08/01/2022.

9.3 – ADITIVOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATADA – INSIGHT INFORMÁTICA LTDA EPP

VIGÊNCIA – PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, VIGORANDO ATÉ 10/04/2021.

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 003/2018

CONTRATADA – SMARAPD INFORMÁTICA LTDA

VIGÊNCIA – PRORROGADO POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, VIGORANDO ATÉ 12/08/2020.

TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATADA – Ágape Assessoria e Consultoria LTDA.

VIGÊNCIA – PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, VIGORANDO ATÉ 07/06/2021.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 005/2020

CONTRATADA – AUTO POSTO SS NETOS LTDA EPP.



VIGÊNCIA – PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, VIGORANDO ATÉ 07/06/2021.

9.4 – DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37, inciso XXI, da CF/88, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação dos interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei das Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

A Lei previu exceções à regra: a Dispensa de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

Por via de consequência, quando da realização de despesas públicas que não estejam estabelecidas na Lei 8.666/93, não há que se falar em licitação nem, igualmente, em aplicação de procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, se cabíveis. Cita-se, como exemplo, o pagamento de diárias e ajudas de custo a servidores, cuja natureza não é contratual, mas afeta a área de gestão de pessoas.



Assim, a controladoria interna analisou os processos e concluiu que quando não ocorreu licitação, estava correto por não aplicar a Lei 8.666/93.

Igualmente, em alguns casos, tal como a taxa de licenciamento anual do veículo da Câmara e demais despesas obrigatórias, onde não há aplicação de procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Nos demais contratos estão em consonância a Lei nº 8.666/93, bem como foram observados os contratos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação, na forma da lei.

10 – SETOR DE PATRIMÔNIO

O patrimônio possui registro dos bens (natureza, classe e identificador), que permite sua rápida localização, e está atualizado pelo setor responsável.

O inventário físico é realizado duas vezes por ano.

Durante a realização do levantamento do Patrimônio nos setores, foram verificadas algumas divergências, o que já foi regularizado.

Em consonância com os princípios da racionalidade e economicidade previstas na Constituição Federal o controle patrimonial sobre os bens permanentes deve ser compatibilizado com o custo do bem. Tendo em vista esses princípios, o emplaquetamento de bens cujas características físicas ou funcionais exigem um controle menos individualizado deve ser flexibilizado, sem, contudo, resultar num controle menos eficaz. Assim sendo o controle de tais bens pode ser realizado através da simples relação do bem (relação-carga) e da assinatura do respectivo Termo. Em outras palavras, o controle patrimonial sobre estes bens deve ser feito a partir de sua quantidade e localização e não da aferição das plaquetas ou etiquetas patrimoniais neles afixados.



Os bens patrimoniais que encontram-se sem placas estão relacionados na devida Relação-Carga.

Existe controle de movimentação dos bens entre os setores através de termo de transferência, resultando numa nova emissão do Termo de Responsabilidade dos bens para o responsável do setor.

11 – SETOR DE ALMOXARIFADO

O Almojarifado está instalado em local de fácil acesso, o espaço físico é suficiente, e há segurança no local.

Os materiais de consumo, mesmo que para distribuição direta e imediata, passam obrigatoriamente pelo controle do Almojarifado.

O Almojarifado está bem organizado, limpo e arejado, de forma a oferecer um controle eficiente e um bom ambiente de trabalho.

As solicitações e fornecimentos dos materiais do Almojarifado são arquivados satisfatoriamente, a fim de possibilitar o fácil exame e manuseio, quando necessário.

O controle do estoque é feito através do sistema satisfatório.

- **ENTRADAS DE MATERIAIS:**

Os materiais inservíveis ou em desuso são recolhidos ao almojarifado, e dada saída para que não conste na relação de estoque.

Os materiais recebidos são previamente conferidos com os pedidos (espécie, qualidade, preço, vencimento, etc.) e especificações constantes das Notas Fiscais ou documentos que as substituam.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

As Notas Fiscais de entrada ou documentos equivalentes são devidamente atestadas o recebimento e a aceitação dos materiais, através do setor responsável.

- **SAÍDAS DE MATERIAS:**

As saídas de materiais são efetuadas através de requisições, requeridas pelo responsável do setor requisitante.

As requisições conferem com as baixas efetuadas.

- **ESTOQUE DE MATERIAIS:**

A quantidade de quatro materiais registrados na ficha não conferiu com o estoque físico existente no Almoxarifado, conforme detalhado no quadro abaixo. As providencias já foram tomadas e já foi regularizado.

- Listagem dos materiais que não conferem

Código Material	Descrição Material	Quantidade registrada na ficha	Preço médio	Valor total atual	Quantidade estoque
00000176	ESPANADOR Nº 50	5	16,924	84,62	4
00000572	TAPETE 1,20X1,20M	1	1.008,000	1.008,00	0
00001169	TAPETE PERSONALIZADO 1,20X0,80M	2	756,000	1.512,00	0
00000503	PÓ DE CAFÉ – PT. C/500g	83	7,500	622,50	82



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

O Almoxarifado mantém controle de estoques, como meio de orientação e previsão quanto ao consumo e fundamentação dos pedidos de compras.

No relatório estão consignados os preços de custo para avaliação final dos bens, por ocasião de inventário.

Os relatórios de controle de estoque são revistas periodicamente, visando comprovar a sua correção e maior eficiência do Setor.

É feito levantamento periódico dos materiais de consumo, para fins de orientação dos pedidos de suprimentos necessários à unidade de compras, com base nos pontos de reposição acusados nos relatórios de controle de estoque.

12 – SETOR FINANCEIRO

Consta em análise feita para emissão de Parecer de Prestação de Contas do exercício anterior, o devido cumprimento da LC 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram cumpridas as exigências normativas asseguradas na citada Lei, respeitando desta maneira, os limites legais, portanto, houve cumprimento do limite que, para a Câmara Municipal de Muniz Freire é de 6%.

EC 25, art.29 -A §1º- A Câmara Municipal não gastou mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio dos Vereadores.

A Constituição Federal em seu Art. 29-A dispõe acerca do limite da despesa total do Poder Legislativo Municipal em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, sendo que, no caso da Câmara Municipal de Muniz Freire, respeitou esse limite.

Todos os percentuais exigidos por lei foram devidamente respeitados.

13 – GESTÃO CONTÁBIL/TESOURARIA



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Os registros contábeis são efetuados tempestivamente.

A emissão do Relatório de Gestão Fiscal é tempestiva, documentação comprobatória esta correta.

Os documentos da despesa são arquivados separados processualmente.

Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados como transferências financeiras recebidas.

É encaminhada mensalmente a Prefeitura as informações contábeis (balancetes orçamentários e financeiros) para serem consolidadas na contabilidade geral do município.

A Câmara Municipal de Muniz Freire se encontra apta a atender as normas de contabilidade pública exigidas pelo TCES, conforme resolução TC nº 258/2013.

A prestação de contas está sendo enviada ao TCES mensalmente, conforme exigência da Corte de Contas.

Todos os pagamentos são feitos apenas pela Tesouraria, em cheques e/ou ordem bancária.

Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica.

Existe controle dos cheques emitidos e cancelados, arquivados no processo de pagamento;

Antes de se pagar o empenho é conferido a sua liquidação e autorização para pagamento.

14 - SETOR DE ARQUIVO

O Legislativo mantém seu arquivo em perfeita ordem, higiene e condições climáticas.

15 – PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS

Houve atraso na publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, tendo em vista que a prefeitura não mandou a receita corrente líquida no devido prazo.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

16 – TRANSPARÊNCIA

Atendendo ao princípio da transparência, os dados orçamentários, contábeis, financeiros, pessoal e diverso foram disponibilizados no site regularmente, bem como os dados referentes à execução orçamentária e financeira (empenhos, liquidações e pagamentos).

17 - SETOR DE CONTROLE INTERNO

O Setor de Controle Interno possui servidor nomeado na função de Controlador Interno na data de 09/02/2017.

Houve mudança no setor de controle interno.

Após a Posse da Presidente Sra. Vilma Soares Louzada, foi nomeda a Sra. Margaret Bicalho Machado Justo, na função de Controlador Interno na data de 06/01/2021.

É o que nos cabe relatar.

Muniz Freire, 05 de Janeiro de 2021.

LENITHA SOARES DA SILVA

Controladora Interna – MAT. 84

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

UCCI



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES – EXERCÍCIO DE 2020

• INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar os procedimentos executados até o presente momento pelo Sistema de Controle Interno visando atender ao disposto no Art. 3º, §3º da Resolução 227/2011 e alterações.

• DESENVOLVIMENTO

No ano de 2020 foram feitas as seguintes Instruções Normativas:

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL 009/2020:** [Altera a Instrução Normativa SCL 008/2020 da Câmara Municipal de Muniz Freire - Estado do Espírito Santo.](#)
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO 003/2020:** [Dispõe sobre normas e procedimentos para geração e divulgação dos demonstrativos da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.](#)
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA Nº 004/2020:** [Altera a Instrução Normativa SPA nº 003/2017 que dispõe sobre registro, controle e inventário de bens móveis e imóveis e da outras providências.](#)
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 003/2020:** [Dispõe sobre os procedimentos de treinamento e capacitação de pessoal, no âmbito da Câmara Municipal de Muniz Freire-ES.](#)



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 003/2020:** [Dispõe sobre manutenção do cadastro de pessoal e controle sobre vantagens, promoções, progressões e adicionais, no âmbito da Câmara Municipal de Muniz Freire e dá outras providências](#)

Outras Instruções Normativas estão sendo feitas conforme o Plano de Ação atualizado para os anos de 2019/2020.

- **CONCLUSÃO**

A responsabilidade do Controle Interno nessa etapa reside na coordenação técnica dos trabalhos administrativos para a elaboração das instruções normativas, com observância dos princípios do Controle Interno, o inter-relacionamento entre os departamentos que compõem o sistema.

Muniz Freire, 05 de Janeiro de 2020.

LENITHA SOARES DA SILVA
CONTROLADORA INTERNA – MAT. 84



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO ANUAL

EXERCÍCIO DE 2020

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Período: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

Presidente Câmara: GEDELIAS DE SOUZA

Contadora: VALÉRIA AGUILAR SATLER

Controladora Interna: LENITHA SOARES DA SILVA

1 – INTRODUÇÃO

O cargo de Controladora Interna da Câmara Municipal de Muniz Freire durante o Exercício foi ocupado pela pessoa acima indicada, tendo a mesma sido exonerada na data de 05/01/21.

Tendo minha pessoa assumido o cargo de Controladora, busquei informações do que havia sido realizado pela então Controladora, bem como as auditorias realizadas e os relatórios expedidos, bem como os arquivos referentes ao RELACI e RELUCI, os quais compõem a PCA - Prestação de Contas Anual. E quanto a tais relatórios os mesmos estão sendo devidamente apresentados na PCA, os quais foram elaborados e expedidos pela então Controladora.

Quanto ao RELUCI, uma vez que a então Controladora não tinha, até a data de sua exoneração, os dados do valor correspondente a Restos a Pagar, uma vez que o



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Departamento de Contabilidade ainda não tinha realizado todo o fechamento do Exercício de 2020, cumre-me apresentá-lo no item 1 - Análise Financeira, conforme a seguir consta.

1 – ANÁLISE FINANCEIRA

Saldo do Exercício Anterior	R\$	400.096,92
(+) Recebimentos	R\$	3.342.994,14
Duodécimo da Câmara Municipal	R\$	2.816.405,21
Inscrição de Restos a Pagar (Processados e não Processados)	R\$	63.733,49
Demais Recebimentos Extra Orçamentos	R\$	462.855,44
(-) Desempenhos	R\$	2.717.790,56
Despesas Orçamentárias do Exercício	R\$	2.097.644,76
Devolução financeira da Câmara Municipal	R\$	140.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar	R\$	17.290,36
Pagamento Extra Orçamentários (depósitos)	R\$	462.855,44
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$	1.025.300,50

É o que nos cabe relatar.

Muniz Freire, 29 de março de 2021.

MARGARET BICALHO MACHADO JUSTO

Controladora Interna